

ACTA N.º 05 /07

Aos vinte oito dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um** – 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007;
- Ponto dois** – Lançamento da derrama relativa ao ano de 2007 a cobrar em 2008;
- Ponto três** - Documentos Previsionais para o ano de 2008 – Grandes Opções do Plano e Orçamento;
- Ponto quatro**- Processo de Aquisição nº 104/07 – AP/DIF – Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas de 2007 do Município da Marinha Grande;
- Ponto cinco** – Resolução de requerer a declaração de Utilidade Pública com atribuição de carácter de urgência para a Expropriação de uma parcela de terreno de um Prédio Urbano com vista à execução da Empreitada de requalificação da Ribeira das Bernardas – Troço 1 – Montante de Casal de Malta;
- Ponto seis** – Programa Nacional do ano Europeu para o Diálogo Intercultural;
- Ponto sete** – Actividade camarária / Informação Financeira.

O **Presidente da Assembleia Municipal** começou por saudar e agradecer a presença de todos. De seguida, fez referência aos pedidos de substituição da deputada da CDU Alice Marques que foi substituída pelo deputado Albino Paulo; os deputados do PS, Osvaldo Castro e Aníbal Curto, que foram substituídos respectivamente pelos deputados Pedro Constâncio e Maria Jesus; os deputados do PSD, Pedro Silva, Pedro André e Rui Verdingola foram substituídos respectivamente pelos deputados Paulo Gomes, Luís Cristóvão e Artur Lopes.

Deu conhecimento de um e-mail enviado pelo deputado Pedro André a informar que iam ser substituídos os três deputados do PSD pelo 4º, 6º e 8º da lista.

Solicitou a todos os elementos do PSD que foram substituídos para apresentarem declarações assinadas à Assembleia Municipal durante os próximos 5 dias.

Seguidamente fez referência ao correio recebido onde destacou um requerimento do deputado do PSD, Feliciano Barreiros Duarte sobre o porte pago e a linha do Oeste enviados ao Governo e um documento do PCP sobre as regiões de Turismo, informou que toda a correspondência estava à disposição dos deputados que a quisesse consultar Tomando isto em consideração, colocou a acta nº 10 de 29 de Dezembro de 2006 à votação, resultando a sua aprovação por maioria com 6 abstenções por ausência e a acta nº 1 de 23 de Fevereiro de 2007 que foi aprovada por maioria com 5 abstenções por ausência.

Solicitou aos deputados que fossem sintéticos e rápidos nas suas intervenções para se conseguir discutir nesta sessão o 4º ponto da ordem de trabalhos.

Por fim, anunciou que se ia dar início ao período antes da ordem do dia.

Tomaram assento na Assembleia os deputados do PS, João Cruz pelas vinte e uma horas e vinte sete minutos, seguido do deputado Pedro Constâncio pelas vinte uma horas e trinta minutos.

O deputado BE, **José Rodrigues**, desejou um ano de 2008 melhor que o ano de 2007 a todos os presentes. Proferiu uma saudação ao 18 de Janeiro de 1934, que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

O deputado da CDU, **Artur Marques**, começou por desejar um bom ano a todos os presentes. De seguida, apresentou uma saudação que se encontra como anexo nº 2 à presente acta e que propôs que fosse publicada no jornal da Marinha Grande. Solicitou 1 minuto de silêncio à Assembleia Municipal, em memória de todos os homens que independentemente das suas ideologias, deram a sua vida pela liberdade para que hoje todos possam ser livres de expor as suas ideias e opiniões por mais controversas que sejam.

Sendo aceite a sugestão, a Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio em memória desses homens.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, desejou a todos os membros da Assembleia Municipal e marinhenses um bom ano de 2008. Informou que em nome da bancada do PS, se ia associar às saudações do 18 de Janeiro de 1934. Apresentou um documento intitulado “dois anos de gestão corrente”, que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

Foi interrompido pelo deputado da CDU, **Saul Fragata**, que protestou dizendo que a sua intervenção deveria ser feita quando o orçamento fosse apresentado.

O deputado **Telmo Ferraz** prosseguiu a leitura do documento, sendo novamente interrompido no último parágrafo da página 1 pelo **Presidente da Assembleia** que lhe disse que o assunto estava completamente fora da ordem de trabalhos e nesse contexto lhe ia retirar a palavra.

O deputado **Telmo Ferraz** evocou o artigo 17º do Regimento no ponto 1 para reforçar que a sua intervenção fazia referência a assuntos de interesse para o Município.

O **Presidente da Assembleia** solicitou ao deputado que concluísse a sua intervenção sem levantar problemas relacionados com a Actividade da Câmara.

O deputado **Telmo Ferraz** continuou a apresentação do documento.

Dada a extensão do documento o **Presidente da Assembleia** interrompeu dizendo que só lhe dava mais 30 segundos para concluir a sua intervenção.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que não valia a pena continuar porque infelizmente na Assembleia não havia liberdade dos deputados expressarem as suas opiniões.

O **Presidente da Assembleia** realçou que os deputados têm liberdade de expressarem assuntos que estejam dentro da ordem de trabalhos.

O deputado da CDU e Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande, **Francisco Duarte**, começou por desejar a todos os presentes um bom ano de 2008.

Seguidamente apresentou um comunicado da ANAFRE que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

Por fim, apresentou uma moção de rejeição (modelo) que se encontra apenas à acta como anexo nº 5.

O **Presidente da Assembleia** informou que a moção de rejeição sobre a retirada de poderes aos Presidentes das Juntas de Freguesia nas Assembleias Municipais, se encontrava à discussão.

O deputado do PS e Presidente da Junta de Freguesia da Vieira de Leiria, **Paulo Vicente**, disse que subscrevia inteiramente a moção de rejeição, porque era importante que os Presidentes de Junta participassem na discussão e votação do orçamento e documentos previsionais do município. Realçou que ao retirarem o direito de voto só apenas na discussão seria um estatuto de iniquidade que estavam a dar aos Presidentes de Junta. Salientou que caso pretendessem retirar os Presidentes de Junta das Assembleias Municipais que tivessem a coragem para o fazer, mas de outra forma.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que se a moção se cingisse exclusivamente ao ponto que o deputado Paulo Vicente acabou de referir, a Assembleia Municipal tinha todas as condições para a votar favoravelmente. Mas como havia um conjunto de considerandos que estavam a ser discutidos pelos dois maiores partidos, e esta Assembleia Municipal não era exclusivamente para este ponto, seria bom que se encontrasse uma forma de provar o que era fundamental e deixassem o acessório que podia fazer com que não se pudesse votar por unanimidade.

O **Presidente da Assembleia** chamou a atenção que a moção de rejeição apresentada era apenas um modelo, por conseguinte não significava que tivesse que ser aprovada. Sugeriu para que os dois Presidentes de Junta em conjunto verificassem se deviam ou não modificar a moção e posteriormente apresentassem uma proposta para se poder aprovar. Opinou que a moção tal e qual como estava poderia vir a não ser aprovada por unanimidade.

O deputado **Francisco Duarte** disse não haver necessidade de um encontro para negociação porque a moção de rejeição dizia exactamente o mesmo que a sua opinião.

O deputado **Saul Fragata** disse que subscrevia inteiramente o que o deputado Francisco Duarte referiu porque se a moção tivesse que ser rejeitada era, e assumiam as responsabilidades porque a regra numero 1 da democracia não era a da unanimidade. Salientou que a moção continha uma nova proposta de lei eleitoral para as Autarquias cozinhada pelo PS e pelo PSD.

Manifestou desagrado pelo que estava a ser feito em relação à representatividade do voto, à transparência e à lisura. Realçou que na Assembleia Municipal não havia uma maioria que contrariasse quem subscreveu a lei que estava a ser feita.

O deputado do PS, **Rui Rodrigues**, dirigiu votos de boas festas a todos os presentes. Seguidamente disse que admitia que as Juntas de Freguesia e os respectivos órgãos, as Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais estivessem inconformados e se solidarizassem no sentido de rejeitar o projecto de alteração. Neste sentido não compreendia que num texto se utilizassem expressões do tipo iniquidade,

discricionarieidade, suspeição e até cozinhado como o deputado Saul Fragata referiu, não eram expressões que permitissem votar favoravelmente. Reforçou que achava que o Presidente de Junta de Freguesia de Vieira de Leiria se devia manifestar inconformado com as alterações que se avizinham na lei das Autarquias locais.

Admitiu votar o parágrafo final porque a vislumbrarem-se esse tipo de alterações que retiravam os poderes aos Presidentes de Junta Freguesia no âmbito das Assembleias Municipais, era como de alguma forma retirassem dignidade a esse cargo e à função desempenhada pelos Presidentes de Junta nas Assembleias.

Reiterou que se dispunha a votar o último paragrafo porque era aí que estava o texto da verdadeira moção.

O deputado **José Rodrigues** anunciou que subscrevia inteiramente a moção.

O deputado **Artur Marques** disse que isto era um atentado aos direitos e valores que devem ser respeitados por todos. Salientou que a intervenção do deputado Rui Rodrigues demonstrava falta de solidariedade para com todos os seus camaradas de partido. Alertou para as centenas de Presidentes de Junta que se manifestavam.

O **Presidente da Assembleia** informou que o deputado Francisco Duarte não ia fazer qualquer alteração à moção.

Neste sentido anunciou que ia colocá-la à votação no seu conjunto, sendo aprovada por maioria com 16 votos a favor, 2 votos contra e 5 abstenções.

O deputado **Rui Rodrigues** proferiu uma declaração de voto, justificando que votou contra a moção nos precisos termos em que se encontrava redigida por entender que não podia concordar com o teor dos seus considerandos, não obstante votaria favoravelmente o texto de verdadeira moção que estava encerrado no último parágrafo do mesmo.

O deputado do PS, **João Cruz**, recordou que endereçou na passada Assembleia Municipal dia 28-9-07 um requerimento a solicitar alguns elementos, dos quais não lhe foram entregues os pareceres do Gabinete Jurídico da Autarquia e o da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) sobre a possibilidade da Câmara realizar obras numa zona desportiva abrangida pelo plano de pormenor. Neste sentido, voltou a solicitar que lhe sejam remetidos esses pareceres em falta.

O deputado **Saul Fragata** disse não aceitar que pontos não agendados sejam avulsamente introduzidos num dos artigos do regimento como assuntos de interesse para a Autarquia. Dado que os assuntos de interesse para Autarquia são aqueles que merecem ser agendados ou que estão agendados para serem discutidos em cada ponto, porque caso contrário não era necessário a ordem de trabalhos, era tudo assuntos de interesse e discutiam-se avulsamente conforme fosse a vontade e a intenção.

Sugeri que a Assembleia Municipal encontrasse uma posição comum àquilo que foi e que estava a ser a Reorganização do Turismo, relativamente à região de Turismo Leiria-Fátima. Referiu que servir os grandes interesses económicos com a criação das regiões de turismo ia ser um forte golpe para a nossa região mais próxima e para o turismo de proximidade passando pelo Poder Local e pelas Autarquias, boa centralização, boa governamentalização.

O deputado **Telmo Ferraz** protestou dizendo que não admitia que o deputado Saul Fragata tivesse insinuado que ele não respeitava o Sr. Presidente e a Assembleia Municipal, porque se houve alguém que desrespeitou a Assembleia foi o próprio deputado ao fazer a intervenção que fez.

Voltou a evocar o ponto 1 do artigo 17º do regimento para questionar se o discurso feito pelo deputado Saul Fragata tinha tido algum interesse para os munícipes deste concelho.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que tudo o que diga respeito à política nacional tem interesse para o município. Neste sentido só tinha solicitado ao deputado Telmo Ferraz para não fazer a sua intervenção porque estava a fazê-la no período antes do dia, e devia aguardar para a fazer no ponto da Actividade Camarária.

O deputado **João Cruz** clarificou que o ponto da Actividade Camarária e Informação Financeira tinham a ver com a apreciação do relatório que lhes era entregue. Neste sentido, todos os assuntos fora desse âmbito, sendo assuntos relacionados com Câmara deveriam ter destaque no período antes da ordem do dia e não se estarem a ouvir discursos feitos, e moções trazidas na algibeira que muitas vezes nada tinham a ver com a realidade local.

O **Presidente da Assembleia** informou que enquanto o regimento não fosse alterado e não especificassem exactamente o que queriam discutir na ordem de trabalhos, não alterava a posição que tem mantido na Assembleia Municipal.

O deputado da CDU, **José Luís**, saudou todos os presentes. De seguida, disse que era habitual o deputado Telmo Ferraz fazer intervenções no ponto antes da ordem do dia sobre questões que constavam da ordem de trabalhos. Clarificou que esse ponto era para tratar de assuntos que não constassem da ordem de trabalhos. Salientou que se o deputado pretendia fazer o balanço da Câmara, que o fizesse na Actividade da Câmara na devida altura.

Apelou para que ponderassem e não fizessem campanha eleitoral, e discutissem apenas problemas de interesse para o município.

O deputado **Rui Rodrigues** disse estar equivocado relativamente ao período antes da ordem do dia, porque o que o deputado Telmo Ferraz pretendia na sua intervenção era fazer uma análise dos dois anos de governação da CDU e do PSD e não apreciar a actividade Camarária desde a última Assembleia Municipal. Afirmou que se fosse para discutir todos os assuntos no ponto da Actividade Camarária não haveria necessidade de estarem a trazer em todas as Assembleias o relatório da Câmara.

O **Presidente da Assembleia** disse que nunca foi intuitivo que se falasse sobre a Câmara na sua generalidade no período antes da ordem do dia e o que o deputado Telmo Ferraz estava a fazer era falar em coisas que aconteceram nos últimos dois meses.

O deputado **Artur Marques** alertou para o encerramento de mais dois SAPs, apelando ao povo marinhense para que na próxima concentração sejam 3000 ou 4000, para demonstrarem ao Governo que ele está hipotecar o futuro da Marinha Grande e de todo o País.

O **Presidente da Assembleia** anunciou que se ia passar ao 1º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO UM – 20ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2007

O **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção desejando em nome do executivo camarário um Bom Ano de 2008. Relativamente ao ponto em discussão, informou que era uma simples alteração de uma classificação económica prevista nos documentos recorrente da legislação, era um imperativo legal. Neste sentido, dado que se mexia na estrutura do orçamento aprovado pela Assembleia, tinha que vir ao conhecimento dos deputados.

O deputado **Telmo Ferraz** opinou que deveria ter havido algum lapso no envio de um cartão de boas festas que recebeu em nome do Presidente da Assembleia para todos os membros da bancada do PS. Sugeriu que seria de bom-tom que da próxima vez fossem enviados para todos os membros da Assembleia e não só aos líderes da bancada. Relativamente ao ponto, informou que iam aprovar a 20ª Modificação aos documentos previsionais.

O **Presidente da Assembleia** informou que na realidade houve um lapso no envio dos cartões de boas festas.

Posto isto, colocou o 1º ponto à votação assim como a respectiva minuta.

Findas as intervenções e presente deliberação camarária datada de 29 de Novembro de 2007 e documentos anexos, relativos à **20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007, constituída pela 1.ª Alteração ao Orçamento da Receita, 17ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 16ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e 17ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais**, que se dão aqui por integralmente reproduzidos e que ficam anexos a esta aprovação em minuta, constituindo o **1.º ponto da Ordem de Trabalhos**, para discussão e aprovação.

A Assembleia Municipal, após análise dos documentos supra mencionados e considerando que os mesmos estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, decide submetê-los à votação e nos termos do disposto na alínea b) do n.º2 do art. 53.º da Lei n. 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os mesmos são aprovados por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 6 à presente acta.

PONTO DOIS- LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA A 2007 A COBRAR EM 2008

O **Presidente da Câmara** deu conta que houve uma alteração na metodologia de cálculo do valor da derrama, tanto em relação à base sobre a qual era calculado esse valor como relativamente ao limite máximo de incidência da respectiva taxa da derrama. Deste modo se comparassem o método de cálculo anterior, que era uma taxa máxima de 10% com o que acontecerá a partir do ano de 2008 estabelecendo uma taxa máxima de 1,5% isto significava que essa alteração podia implicar uma quebra de receitas na derrama arrecadada pelos municípios na ordem dos 40%. Neste sentido foi decidido pela Câmara e aprovada pela Assembleia Municipal uma taxa de 1,5% para as Empresas com lucros tributáveis e que tivessem um volume de negócios superior a 150 mil euros. No entanto como a legislação neste momento permitia a Câmara entendeu estabelecer uma medida no sentido de apoiar as empresas que tivessem um volume de negócios anual inferior a 150 mil euros. Realçou que para conseguirem alguma justiça social, propuseram a taxa máxima para o caso das empresas com maior potencial e a redução para metade relativamente às empresas mais pequenas, no sentido de as apoiar.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que iam votar favoravelmente a proposta mas não sabia se iria ter algum efeito prático. Salientou que uma empresa com 150 mil euros de volume de negócios dificilmente teria lucro e não ia ter resultados práticos para as pequenas empresas. Aconselhou a Câmara Municipal a fazer uma avaliação de toda a actividade económica em termos de imposto do concelho porque tinha mecanismos e condições para a fazer.

O deputado **José Rodrigues** anunciou que ia votar favoravelmente a proposta. Questionou o Sr. Presidente da Câmara se o controle sobre as empresas que gerem a nossa área e o problema dos bancos em que as sedes são em Lisboa e no Porto se o dinheiro era gerido aí ou se o lucro das filiais era gerido aqui pela Câmara Municipal.

O **Presidente da Assembleia** informou que as empresas não sedeadas na Marinha Grande são tributadas na sede, apesar de haver algumas tentativas para que venham a ser repartidas pelas Autarquias onde as empresas estavam sedeadas.

O deputado **João Cruz** esclareceu que a Derrama já era repartida em função da massa salarial que tinha cada estabelecimento.

Findas as intervenções e presente deliberação da Câmara Municipal de 13 de Dezembro de 2007 com a epígrafe “**LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2007 A COBRAR EM 2008**”, cujo assunto constitui o **2.º ponto da Ordem de Trabalhos**, e que a seguir se passa a transcrever:

“De acordo com o estabelecido na alínea b) do art. 10.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art. 14.º do mesmo diploma legal, constitui uma receita municipal.

De acordo com o disposto no n.º 1 do art. 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza

comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Ainda de acordo com o número 4 do art.º 14.º da referida lei, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 euros.

Assim, considerando que:

- a) A fixação da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, irá permitir a arrecadação de receita ao Município da Marinha Grande a qual visará reforçar a capacidade do município em realizar obras estruturantes, tão necessárias ao concelho, como seja o caso de uma nova Piscina Municipal e das variantes;*
- b) A fixação legal da taxa da derrama em 1,5% (valor máximo) face à taxa anterior de 10%, implicou uma redução na proporção de 25 para 15, ou seja, de aproximadamente menos 40% nesta fonte de receita municipal para o ano de 2008;*
- c) São graves e notórias as dificuldades financeiras sentidas diariamente por todas as micro, pequenas e médias empresas que se vêm deparando com a crescente redução das suas vendas num mercado globalizado e cada vez mais competitivo, bem como dos apoios do Estado, em especial os comerciantes que vêem a sua clientela “fugir” para outros centros comerciais mais atractivos e com maior oferta;*
- d) Se impõe a necessidade de adoptar medidas correctivas de discriminação positiva relativamente às empresas com menores recursos, que induzam a criação e manutenção de postos de trabalho no nosso concelho.*

A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º169/99 de 18 Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta de lançamento da derrama relativa ao ano de 2007 a cobrar em 2008, fixando-a em:

- 1) 1,5% para as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que registem no ano anterior um volume de negócios superior a 150.000€, nos termos do disposto no art.º 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro;***
- 2) 0,75% para as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), que no ano anterior registem um volume de negócios que não ultrapasse os 150 000€, nos termos do disposto no art.º 14.º n.º 4 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.***

Mais delibera submeter a presente proposta a apreciação e votação pela Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo autorize o lançamento da derrama relativa ao ano de 2007, a cobrar em 2008, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro, alterada e republicada em anexo pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”

A Assembleia Municipal, após análise dos documentos supra mencionados e considerando que os mesmos estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, decide submetê-los à votação e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n. 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os mesmos são aprovados por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 7 à presente acta.

PONTO TRES – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2008, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO

O **Presidente da Câmara** informou que pelas razões conhecidas e que foram motivo inclusive de alguma polémica durante os últimos meses, não lhes foi possível na elaboração dos documentos adoptarem a metodologia que defendiam e pretendiam colocar em pratica.

Referiu que no processo da elaboração dos documentos previsionais deveria haver participação de todos os membros do executivo camarário, das forças políticas que representam a Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia e na medida do possível auscultando as populações.

Realçou que a elaboração destes documentos era de grande importância para toda a actividade camarária, uma vez que a delimitavam e avalizavam, sendo susceptíveis de serem aperfeiçoados ao longo do ano. Acrescentou que a elaboração decorreu num contexto nacional no âmbito do QREN.

Opinou que não era justo apontarem ou acusarem o orçamento de 2008 de inflacionado perante a proposta dos documentos que vêm à Assembleia Municipal uma vez que não eram as despesas que se prevêem ou que se pretendem realizar que determinavam as receitas previstas, pelo contrário seriam as receitas que de uma forma minimamente sustentada iriam determinar o volume máximo das actividades a desenvolver assim como os investimentos a realizar no respectivo âmbito.

Realçou que as previsões para a integração da rede de saneamento em alta, a reavaliação dos apoios a conceder às corporações de bombeiros da Marinha Grande e da Vieira, apoios para material didáctico nas escolas e um conjunto de situações relacionadas com o pessoal, como contagens de tempo de serviço, promoções, requalificações no seu conjunto tinham um acréscimo vultuoso de euros que justificava a subida das despesas correntes.

Referiu que o executivo procurou colocar em primeiro plano as questões que pudessem ter uma influência mais ou menos directa tanto quanto possível, bastante sensível na matéria de desenvolvimento económico e social, no qual se poderia incluir o PPI e o próprio Plano de Actividades. Relativamente ao desenvolvimento económico e social havia algumas situações complicadas que não eram exclusivas do actual executivo, como a questão do desbloqueamento e a expansão da actual zona industrial da Marinha Grande. Referiu que também a construção do centro empresarial foi uma péssima experiência dado que a empresa a que foi adjudicada a obra entrou em processo de falência, logo a obra parou e foi objecto de vandalismo, implicando assim a abertura de um novo concurso específico para resolver os danos que foram provocados.

Realçou que finalmente em 2008 se iria arrancar com a variante nascente-norte para além de um conjunto de vias estruturantes, obras com investimentos significativos que estavam contemplados no orçamento para 2008.

Deu conta que têm uma proposta do plano de reabilitação que iram aprofundar e procurar pôr no concreto.

Agradeceu a adesão relativamente ao questionário que esteve à disposição na Feira de Artesanato e Gastronomia sobre o projecto do edifício da resinagem e cujas as sugestões eram muito importantes para a decisão final.

Relativamente à recuperação do património Stephens, decidiram de imediato pintar o exterior, atendendo que a obra nomeadamente na parte do Teatro Stephens seria a médio prazo e neste momento a Marinha Grande estava sem uma sala de cinema. Acrescentou que pretendem fazer uma requalificação futura de todo o espaço, com perfeita tecnologia actual que dê garantias no futuro, mas o objectivo seria reabrir as portas do Teatro Stephens tão rápido quanto possível.

Informou que decidiram aderir ao programa FINICIA que iria apoiar as micro e pequenas empresas de forma a motivar não só o centro da cidade mas em geral o concelho, dado que algumas das empresas precisavam de estímulo para a modernização e para poderem criar nem que fosse um ou dois postos de trabalho.

No respeitante à área da educação e da cultura, 2008 iria realizar-se mais uma edição da Bial de Artes Plásticas e o 10º aniversário do Museu do Vidro. Disse que o objectivo imediato era conseguirem juntar as comemorações do 10º aniversário do Museu à integração na rede Portuguesa dos Museus. Acrescentou que finalmente foi possível pôr em andamento o projecto do Museu da Floresta devido à colaboração do Governo e em especial da Direcção Geral dos Recursos Florestais com a Câmara para avançar com o projecto.

Voltou a solicitar à Assembleia Municipal que numa próxima reunião reconsidere a decisão tomada relativamente à aprovação da carta educativa porque enquanto isso não acontecer iram estar inibidos de aceder a financiamentos para construções escolares.

Referiu que incluíram nos documentos uma acção para avançar com a certificação da qualidade dos serviços que poderá ser um instrumento importante para ajudar a traçar alguns caminhos e as medidas que se impõem. Disse que pretendem continuar com a aquisição do equipamento que seja considerado necessário para apostar numa melhoria significativa em termos de informação a qualquer munícipe de acesso amplo e fácil.

Disse que em relação à matéria de ordenamento do território finalmente 2008 irá ser o ano da revisão do PDM, não esquecendo que o instrumento fundamental para avançarem será a aquisição de cartografia actualizada.

Em síntese destacou algumas das acções que achava inovadoras como, o programa FINICIA, o plano de reabilitação do centro tradicional, o início da construção das variantes com o primeiro troço da variante nascente-norte, a revisão do PDM, o projecto para o complexo de piscinas, a preparação da agenda local, certificação da qualidade, as jornadas de economia que têm tido contributos extremamente valiosos da parte de empresários e das escolas, o 10º Aniversário do Museu do Vidro e a Bial. Acrescentou que se vão realizar pela primeira vez com o apoio da Câmara, o Piquenício 2008 onde se prevê uma concentração de cerca de 5 mil reformados e o Campeonato Mundial de Orientação que vai reunir cerca de 4 mil atletas de todo o mundo, que será uma forma de dar visibilidade ao nosso Concelho e de o tornar mais atractivo.

Em suma, estes documentos foram elaborados na convicção de que o nosso Concelho necessitava de uma gestão de rigor, inovação, equilíbrio e uma ambição em proporções adequadas.

O deputado **João Cruz** comentou que se a realidade coincidir com as palavras do Sr. Presidente a Câmara estará de parabéns no final do ano, só que o problema é que os números estavam distantes das suas palavras.

Referiu que no plano se verificava que as despesas correntes atingiram um valor recorde de 17 milhões 344 mil euros tendo já em 2006 apresentado um aumento de 1 milhão e 396 mil euros em relação ao que estava orçamentado.

Relativamente às receitas de capitais em 2006 foram previstos 14 milhões 557 mil euros e executados 2 milhões 414 mil euros, em 2007 foram previstos 13 milhões 233 mil euros e até Novembro apenas estava executado 1 milhão e 819 mil euros e para 2008 foram previstos 17 milhões 343 mil euros, quando o orçamento real da Câmara ronda os 20 milhões de euros independentemente se é um ano de financiamentos comunitários. Neste sentido, questionou se isto se devia aos projectos do QREN e se o orçamento tinha obras para candidatar no valor de 15 milhões de euros.

Informou que ia apresentar um requerimento a solicitar quais os projectos que a Câmara planeava candidatar ao QREN e quais os valores, assim como uma cópia do plano estratégico de acção da Associação de Municípios do Pinhal Litoral para poder perceber qual a estratégia da Marinha Grande.

O deputado **José Luís** disse que era necessário considerar a eventualidade de incluir nos orçamentos obras para se candidatarem ao próximo quadro comunitário. Referiu que este orçamento obrigava a abertura de rubricas para projectos e obras, independentemente de não se poder incluir na parte das receitas aquilo que efectivamente venham a receber. Neste sentido o PS não podia vir dizer que a Câmara não tinha projectos para se candidatar.

Questionou que moral tinha o PS para falar em orçamentos inflacionados quando durante 12 anos do executivo PS os orçamentos foram sempre inflacionados.

Salientou que estes documentos incluem projectos estruturantes que têm a haver com o desenvolvimento económico do concelho, realçando as melhorias de acessibilidades, mercado da praia da Vieira, saneamento da Moita.

Por fim, questionou os deputados do PS em que apoios queriam cortar para que as despesas correntes descessem. Apelou para que não fizessem demagogia e houvesse responsabilidade e se estavam preocupados ainda iam ficar mais quando as obras forem iniciadas e concluídas.

O deputado **Telmo Ferraz** referiu que a intervenção do Presidente da Câmara foi mais ou menos um acto de magia, porque os documentos do plano e orçamento vêm dizer aquilo que dentro da concepção do executivo seria uma coisa muito boa a ser feita, mas a realidade é que não podia dizer porque não estavam lá. Exemplificou que um projecto para se candidatar ao QREN tinha que estar obrigatoriamente orçamentado pelo valor total da obra a construir.

Questionou se já tinham os problemas resolvidos em relação aos terrenos por onde ia passar a variante nascente, não esquecendo que a Câmara Municipal não tinha condições para a fazer por si só, sem apoios.

Sugeriu que fossem encontradas soluções de conciliação com as forças políticas que reprovaram o projecto da carta educativa, não pelo princípio mas pela forma como o pretendiam vir a implementar, aparecendo como uma necessidade, mas que na sua opinião era um projecto mal feito.

Por fim disse que mesmo que o plano os enchesse de orgulho, só pelo facto de lá constar a venda do mercado novo e a forma como o estavam a fazer, seria motivo já para votar contra. Questionou se era uma boa solução e se iam conseguir vender o mercado por 3 milhões e 900 mil euros e os terrenos do centro cívico por 2 milhões e quinhentos mil euros, para que suporte o plano que veio à Assembleia Municipal. Disse que gostaria de saber como vai conseguir que aquilo que estava consignado em receitas de investimento cubra o orçamento.

O deputado **Saul Fragata** disse que apesar de tudo o PS tem puxado o orçamento para vários lados com um discurso um pouco excessivo, mas numa linguagem em que os objectivos e o substrato vão no seu sentido de voto em relação ao Plano e Orçamento.

Referiu que o PS votará contra estando no seu direito, pois é a principal força da oposição, a história assim o diz não era de admirar, porque a CDU dizia a mesma coisa e com os mesmos argumentos que o PS utilizava.

Comentou que o PS vai dizendo que as taxas de execução são baixas, pois sempre que se analisam os Planos e Orçamentos verifica-se ao comparar o previsto e o realizado que a taxa de execução normalmente é baixa. Realçou que tanto era baixa com a CDU como com o PS, mas isto eram riscos que se corriam com qualquer Orçamento.

Disse também que se corre o risco dos Orçamentos serem inflacionados pelo facto de os fazer prevendo receitas. Criticou a irresponsabilidade e incompetência do PS dizer que a CDU se limitava a umas pazadas de alcatrão.

Salientou que era normal e habitual que o PS a meio do mandato se abstenha e depois vote contra, mas mesmo que o Orçamento e Plano fosse o melhor iria sempre votar contra, argumentando as pazadas de alcatrão.

O deputado **Paulo Vicente** disse que os investimentos que estavam consignados para a Freguesia de Vieira Leiria eram uma cópia dos documentos aprovados para 2007, com uma agravante, investimentos reduzidos.

Deu como exemplo a Rua da Indústria que estava em degradação e já em 2006 estava inscrita no plano e orçamento com uma verba de 100 mil euros, em 2007 foi retirada essa verba, em 2008 estava definida com 50 mil euros e para 2009 com 150 mil euros.

Questionou o que pretendiam fazer em termos de investimentos para o problema da água em Vieira de Leiria, uma vez que não era de fácil resolução e não aparecia reflectida nos documentos qualquer preocupação com essa situação. Neste sentido, questionou se a Câmara já pensou em ressarcir os utentes da rede pública de água pelo prejuízo causado.

O **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras elogiosas assim como as críticas em relação aos documentos e que tinha a perfeita consciência que não estavam perfeitos.

Pedi antecipadamente a compreensão de todos os deputados caso haja necessidade de se fazer alguma alteração ao orçamento de forma a melhorá-lo.

Informou o deputado João Cruz que lhe iria ser fornecidos todos os elementos que solicitou.

Pedi desculpa por não ter facultado o Plano Estratégico a todos os deputados mas que futuramente será distribuído.

Em resposta ao deputado Telmo Ferraz disse-lhe que na realidade gostaria de fazer as magias conforme o deputado insinuou nas funções que estavam a seu cargo, mas que isso não era possível.

Recordou que a carta educativa já foi aprovada pela Assembleia Municipal e a alteração que a melhorava no sentido crítico que o PS utilizou foi chumbada pela mesma Assembleia. Informou que não era possível pegar naquela carta educativa e reestruturá-la por completo porque foi um trabalho que levou pelo menos 3 anos a fazer. Realçou que acreditando que os interesses do Concelho estavam à frente das estratégias dos representantes de cada um dos partidos seria bom trazer novamente esse assunto à Assembleia Municipal para ser discutido em profundidade.

Relativamente ao valor que se atribuiu em termos de previsão a alguns bens para alienação, disse que tinha quase a certeza que foi o PS que atribuiu o valor aos terrenos do Centro Cívico. Afirmou que foram pedidas avaliações a pessoas credenciadas para o fazer e também o valor do edifício do Atrium foi inscrito exactamente na mesma base independentemente de estarem de acordo ou não em alienar qualquer que fosse o bem. Saliu que não fazia qualquer sentido que um bem se inscrevesse por metade do valor que foi avaliado.

O deputado **Telmo Ferraz** interveio para dizer que não pôs em causa os valores que estavam nos documentos, mas sim o método relativamente ao Atrium e a impossibilidades relativamente ao Centro Cívico que eram duas coisas diferentes.

O **Presidente da Câmara** disse que se reduzissem o Orçamento para 20 milhões de euros que interesse tinha para os Municípios do Concelho. Opinou que preferia fazer um orçamento de 35 milhões de euros e executar 21 milhões euros do que fazer um orçamento de 20 milhões de euros e executar apenas 19 milhões de euros.

Disse que partilhava inteiramente as preocupações do deputado Paulo Vicente e que as ruas da Industria e da Fonte Santa já estiveram com verbas previstas nos documentos de 2007, mas o facto é que por não se ter conseguido avançar com o respectivo projecto e com o concurso acabou por não se iniciar nem uma nem outra.

Deu conta que os técnicos da Câmara informaram que a Rua da Fonte Santa estava mais avançada em termos de projecto e aí optou-se em inscrever para 2008 uma verba substancial. Posteriormente tomaram conhecimento que dada a fase em que se encontrava era praticamente insignificante em termos de prazos, para avançar com o projecto da rua da Industria ou da Fonte Santa, decidiram dar prioridade avançando com a rua da Industria que se resolvia com uma simples alteração orçamental. Deu conhecimento que houve uma falha em termos das alterações a introduzir no documento tendo ficado a versão inicial que era uma verba superior para a rua da Fonte Santa.

Chamou a atenção ao deputado Telmo Ferraz que provavelmente não deveria ter analisado bem os documentos, dado que na página 46 das grandes opções do plano, estava inscrita para a variante uma verba de 150 mil mais 380 mil num total de 530 mil euros e para 2009 estava inscrita uma verba de 1 milhão e 100 mil euros justamente não só pela dimensão da obra mas também porque havia ainda alguns aspectos burocráticos bastante morosos, não permitindo avançar com a execução da obra durante o ano de 2008.

Realçou que pelo facto de estarem inscritos determinados valores não significava que estivessem executados os 530 mil euros no final do ano.

O deputado **Telmo Ferraz** voltou a intervir para dizer que aceitava a critica porque não tinha verificado bem os valores.

Afirmou que nunca criticou na Assembleia Municipal o site da Câmara, mas sim o facto das actas de reunião de Câmara não aparecerem atempadamente no site.

Disse que a título pessoal era preferível que o Teatro Stephens tivesse sido pintado exteriormente apesar de ser uma obra de fachada. Questionou se a Câmara ia continuar à espera de apoios para pôr em prática o projecto já existente e quantos anos mais a Marinha Grande ia ficar sem cinema.

Manifestou disponibilidade para integrar a Comissão, caso a Assembleia Municipal e os representantes dos partidos decidissem ir a Lisboa falar com o Governo sobre o problema da zona Industrial.

O deputado **José Rodrigues** apresentou um documento sobre o orçamento que se encontra como anexo nº 8 à presente acta.

O deputado **João Cruz** comentou que o orçamento para ser aprovado devia ser real e não apresentar 35 ou 40 milhões de euros, porque dessa forma a Assembleia Municipal ficava sem saber o que estava a aprovar e que obras a Câmara ia decidir executar. Realçou que o objectivo dos documentos previsionais não era dar carta branca à Câmara, para depois durante o mandato decidir quais as obras que quer executar, mas sim que aprove e fiscalize a execução que a Câmara se propõe fazer, obviamente com alterações necessárias. Salientou que a população da Marinha Grande tinha que ter conhecimento que obras é que a Câmara se propunha executar para o próximo ano, depois verificar se as ia ou não executar.

O deputado da CDU, **Albino Paulo**, desejou um bom ano a todos os presentes e que 2008 fosse melhor do que o ano que estava a findar.

Saudou o Sr. Presidente da Câmara pelo seu desempenho em representação do executivo. Disse que a pretensão do executivo era executar o máximo de obras e que para o bem da Marinha Grande seria bom que o orçamento fosse aprovado.

Sugeriu ao PS que fizesse uma proposta ao Governo para que enviasse às Câmaras em devido tempo os apoios do QREN, porque assim seria muito mais fácil poderem fazer um orçamento realista se soubessem com quanto podiam contar.

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** colocou à votação o 3º ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria com 11 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções, passando à votação da respectiva minuta.

Findas as intervenções e presente deliberação da Câmara Municipal de 18 de Dezembro de 2007, com a epígrafe “**Documentos Previsionais para o ano de 2008: Grandes Opções do Plano e Orçamento**” cujo assunto constitui o **3.º ponto da Ordem do Dia** e que a seguir se passa a transcrever:

“Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2008, constituída pelas Grandes Opções do Plano e pelo Orçamento.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município para o período 2008-2011, no total de financiamento definido de € 16.213.730,27 (dezasseis milhões, duzentos e treze mil, setecentos e trinta euros e vinte sete cêntimos) para o ano de 2008 e proposta do Plano de Actividades Municipal para 2008, no total de financiamento definido de € 8.609.133,98 (oito milhões seiscentos e nove mil cento e trinta e três euros e noventa e oito cêntimos) procedendo-se à análise e discussão dos mesmos.

Postos à votação foram os mesmos aprovados, e nos termos da alínea c) do n.º 2, do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º.

ORÇAMENTO PARA 2008

Presente proposta do Orçamento do Município para 2008, no total de € 35.085.306,25 (trinta e cinco milhões oitenta e cinco mil trezentos e seis euros e vinte cinco cêntimos) procedendo-se à análise e discussão do mesmo.

Postos os documentos à votação foram os mesmos aprovados, e nos termos da alínea c) do n.º 2, do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º.

A Assembleia Municipal, após análise dos documentos supra mencionados e considerando que os mesmos estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, decide submetê-los à votação, e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os mesmos são aprovados por maioria com 11 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo n.º 9 à presente acta.

O deputado **Telmo Ferraz** proferiu uma declaração de voto que se encontra como anexo n.º 10 à presente acta.

PONTO QUATRO – PROCESSO DE AQUISIÇÃO N.º 104/07-AP/DIF-AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2007 DO MUNICIPIO DA MARINHA GRANDE

O **Presidente da Câmara** disse que este processo foi iniciado há alguns meses, seguindo os procedimentos legais em termos da consulta.

Posto isto, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação o 4.º ponto da ordem de trabalhos assim como a respectiva minuta.

Findas as intervenções e presente deliberação da Câmara Municipal de 13 de Dezembro de 2007 com a epígrafe “**PROCESSO DE AQUISIÇÃO N.º 104/07 – AP/DIF - Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas de 2007 do Município da Marinha Grande**”, cujo assunto constitui o 4.º ponto da Ordem de Trabalhos, e que a seguir se passa a transcrever:

“Presente o processo de aquisição n.º 104/07 – AP/DIF, relativo à contratação de serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas de 2007 do Município da Marinha Grande, acompanhado de relatório de apreciação das propostas e de despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 10-12-2007, na sequência de consulta prévia desencadeada nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. 81.º do DL 197/99 de 8 de Junho.

A Câmara Municipal, após a análise do processo e do relatório de análise que o acompanha, delibera, nos termos do n.º 2 do art. 48.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro propor à Assembleia Municipal da Marinha Grande a adjudicação do serviço de Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas de 2007 do Município da Marinha Grande à Dr.ª Ana Calado Pinto pelo montante de 15.000 euros, acrescidos de IVA à taxa de 21%, por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.”

A Assembleia Municipal, após análise dos documentos supra mencionados e considerando que os mesmos estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, decide submetê-los à votação e nos termos do disposto no n.º 2 do art. 48.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro os mesmos são aprovados por unanimidade, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 11 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** informou que as Assembleias segundo o regimento deviam terminar à meia-noite e só poderiam continuar com autorização dos deputados. Neste sentido questionou se estavam disponíveis ou não para continuar a sessão, tendo os mesmos respondido que não estariam disponíveis.

Antes de encerrar a sessão o **Presidente da Câmara** deu conta que tinha para distribuir por cada bancada um exemplar do relatório e balanço de contas da TUMG do 1º semestre de 2007, e uma cópia dos documentos que serviram de base ao parecer da Câmara sobre do traçado do TGV.

O deputado **Telmo Ferraz** interveio para solicitar que o documento relativamente à TUMG fosse enviado aos deputados em CD.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a sessão iria encerrar, prosseguindo no dia 7 de Janeiro de 2008, pelas vinte e uma horas, lembrando que faltava discutir os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

Ponto cinco – Resolução de requerer a declaração de Utilidade pública com atribuição de carácter de urgência para a Expropriação de uma parcela de terreno de um Prédio Urbano com vista à execução da empreitada da requalificação da ribeira das bernardas – Troço 1 – Montante de Casal de Malta;

Ponto seis - Programa Nacional do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural;

Ponto sete - Actividade Camarária/ Informação Financeira.

Antes de terminar a sessão, dirigiu a palavra ao público presente, informando que de acordo com o regimento só podiam intervir após a discussão do último ponto da ordem de trabalhos, por isso, teriam que o fazer na sessão seguinte, pedindo desculpa.

Por nada mais haver a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta sessão, pelas vinte quatro horas e quarenta e cinco minutos, ficando designado como data para a sua continuação o próximo dia 7 de Janeiro de 2008.

Os trabalhos foram assim retomados no dia 7 de Janeiro de 2008, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no Auditório Municipal, sito na Av. Dr. José Henriques Vareda, dando continuidade à ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória, sendo que se encontravam por discutir os seguintes pontos:

Ponto cinco – Resolução de requerer a declaração de Utilidade pública com atribuição de carácter de urgência para a Expropriação de uma parcela de terreno de um Prédio Urbano com vista à execução da empreitada da requalificação da ribeira das bernardas – Troço 1 – Montante de Casal de Malta;

Ponto seis - Programa Nacional do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural;

Ponto sete - Actividade Camarária/ Informação Financeira.

O **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou que se ia proceder à discussão do 5º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO CINCO – RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILI-

DADE PÚBLICA COM ATRIBUIÇÃO DE CARÁCTER DE URGENCIA PARA A EXPROPRIAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DE UM PRÉDIO URBANO COM VISTA À EXECUÇÃO DA EMPREITADA DA REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DAS BERNARDAS – TROÇO 1 – MONTANTE DE CASAL DE MALTA

O **Presidente da Câmara** disse considerar suficientemente esclarecedores os documentos que acompanhavam a convocatória para se poder apreciar a questão colocada. Informou que o que estava em causa era avançar com a fase final da requalificação da Ribeira das Bernardas numa área inscrita na zona desportiva abrangida pelo plano de pormenor e que a Câmara pretendia pedir à Assembleia Municipal que a declarasse de utilidade pública com carácter de urgência para se avançar rapidamente sem pôr em causa o financiamento no âmbito do POLIS.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, disse compreender a necessidade que a Câmara tinha para que o pedido de expropriação fosse aprovado pela Assembleia Municipal dando assim início aos trabalhos na Ribeira das Bernardas. Realçou que na documentação que lhes foi entregue estava expresso que a Assembleia aprovou o plano de pormenor da zona desportiva e neste momento verifica-se que foi aí implementado um mercado provisório de tendas confirmando-se assim uma ilegalidade na utilização daquele espaço.

Neste sentido, anunciou que o PS ia aprovar o pedido para que a Câmara pudesse requerer a declaração de utilidade pública daquele terreno.

Alertou para a ilegalidade na utilização do espaço que não aquela que esta Assembleia aprovou e para a irresponsabilidade financeira que consecutivamente vai aumentando a dificuldade da Câmara relativamente ao custo que se estava a fazer.

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** colocou à votação o 5º ponto da ordem de trabalhos, resultando a sua aprovação por unanimidade, com 20 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, passando à votação da respectiva minuta.

Findas as intervenções e presente certidão de teor da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião do dia 13 de Dezembro de 2007 e documentos anexos relativos à “**Declaração de utilidade pública, com atribuição de carácter de urgência, para a expropriação de uma parcela de terreno de um prédio urbano com vista à execução da empreitada de Requalificação da Ribeira das Bernardas – Troço 1 – Montante de Casal de Malta e do Plano de Pormenor da Zona Desportiva da Marinha Grande.**”, cujo assunto constitui o 5º ponto da Ordem de Trabalhos.

“Presente requerimento para a declaração de utilidade pública, com atribuição de carácter de urgência, para a expropriação de uma parcela de terreno de um prédio urbano com vista à execução da empreitada de Requalificação da Ribeira das Bernardas – Troço 1 – Montante de Casal de Malta e do Plano de Pormenor da Zona Desportiva da Marinha Grande.

No exercício da competência prevista no artigo 14º, n.º 2 do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro e no artigo 53º, n.º 1, alínea r), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 1º, 10º, 11º, n.º 1, 12º, 13º, 14º, n.º 2 e 15º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no artigo 128º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e no artigo 16º, n.º 1 da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, por solicitação da Câmara Municipal da Marinha Grande, a Assembleia Municipal da Marinha Grande declara a utilidade pública, com atribuição de carácter de urgência, para a expropriação de uma parcela de terreno de 159 m2 (cento e cinquenta e nove metros quadrados) a desanexar do prédio urbano, descrito sob o n.º 13544/301000 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, e inscrito pela cota G-1 a favor de Maria de Lurdes Domingos, residente na Rua Ferreira de Castro, n.º 23, Marinha Grande, e inscrito sob o artigo 6337 na respectiva matriz, sito em Casal de Malta, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os fundamentos de facto e de direito mencionados no requerimento já citado e tendo em consideração os documentos constantes do respectivo processo.

Esta deliberação foi aprovada pela maioria dos membros em efectividade de funções.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade com 20 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 20 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 12 à presente acta.

O deputado da CDU, José Silva tomou assento na Assembleia pelas vinte e uma horas e trinta minutos.

PONTO SEIS – PROGRAMA NACIONAL DO ANO EUROPEU PARA O DIÁLOGO INTERCULTURAL

O **Presidente da Assembleia** deu conhecimento de um convite dirigido à Assembleia Municipal para participar nas iniciativas do Programa Nacional do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural, do qual já tinha aceite mas caso os deputados entendessem que não se devia participar poderia voltar a trás na decisão. Referiu que esta iniciativa poderia ter algum interesse no âmbito de programas culturais com cidades geminadas ou a geminar com a Marinha Grande no âmbito do Ano Europeu.

Sugeriu que a Assembleia Municipal fizesse uma recomendação à Câmara para integrarem o programa nas melhores condições de forma a obterem alguns apoios no âmbito deste programa.

Seguidamente, anunciou que se ia passar à discussão do 6º ponto da ordem de trabalhos.

O deputado do BE, **José Rodrigues**, salientou que o documento referia que para tomarem parte em alguma iniciativa tinham que manifestar essa intenção até 30 de Setembro de 2007. Neste sentido, questionou em que iniciativas poderiam participar se o prazo já tinha terminado.

O **Presidente da Assembleia** interveio para esclarecer que foi informado que ainda se podia fazer alguma publicidade neste âmbito.

O deputado **José Rodrigues** fez referência a um documento sobre a representação da Comissão Europeia em Portugal, informando que durante o ano em toda a Europa iam ser organizadas inúmeras iniciativas que visavam sublinhar a inter-acção entre culturas, aprofundando as relações entre nacionalidades e religiões, promovendo o diálogo e reforçando a compreensão, a tolerância, a solidariedade e o sentido de destino comum entre os cidadãos europeus de todas as camadas sociais.

Alertou para a necessidade de terem em conta os prazos de todos os documentos que lhes eram enviados, porque caso pretendessem fazer parte de alguma iniciativa ou agir de uma ou de outra forma teriam que o fazer com alguma antecedência.

O deputado do PS, João Cruz tomou assento na Assembleia pelas vinte e uma horas e quarenta minutos.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que do contacto que tiveram, lhes disseram o seguinte: -“ temos todo o gosto em receber os vossos eventos com datas exactas, locais, horas e se possível imagens e divulgá-los através dos canais criados para esse efeito nomeadamente através da Internet” e que na sua opinião era isso que se aconselhava à Câmara para fazer.

Posto isto, anunciou que se ia dar início ao 7º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO SETE – ACTIVIDADE CAMARÁRIA / INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O **Presidente da Câmara** começou por realçar alguns aspectos que lhe pareciam marcantes ou que de algum modo influenciaram a actividade da Câmara durante estes três meses.

Realçou que a actividade da Câmara deve ser acompanhada, fiscalizada até mesmo dirigida pela própria Assembleia Municipal. No entanto este período ficou marcado pela decisão tomada pela Assembleia relativamente à alteração da carta educativa que neste momento estava a decorrer a apresentação de candidaturas para projectos no âmbito da rede escolar, estando a Marinha Grande impedida de apresentar as suas candidaturas.

Informou que a obra de ampliação da escola das Trutas, com melhorias na cantina e um espaço para outras actividades estaria concluída a muito curto prazo. Acrescentou que iam procurar avançar com as passeiras elevadas junto de todas as escolas, melhorando assim as condições de segurança de acesso às escolas.

Deu conta de um conjunto de obras que foram lançadas destacando várias ruas: Outeirinhos, Nery Capucho, Barros Gomes, Repouso, Ingleses entre outras. No respeitante ao saneamento referiu a intervenção na área das Figueiras, várias ruas na área da Boavista, Rua da Lagoa no Fagundo com substituição da rede de abastecimento de água e rede de pluviais.

Informou que foi distribuído o 1º Boletim Municipal editado no decurso do actual mandato e que seria um instrumento importante de informação ao serviço dos munícipes. Disse que apresentaram uma candidatura ao programa Life+, com o projecto lontra para conseguirem financiamentos de forma a terem uma intervenção para a preservação desta espécie, aproveitando para algumas actividades no âmbito da educação, sensibilização ambiental e na defesa da biodiversidade.

Lançaram na área do desporto um concurso de ideias para avançar com o projecto do complexo de piscinas assim como a intervenção no campo de ténis a nível iluminação e balneários.

Promoveram as 1ªs jornadas de economia com a colaboração da OPEN (Oportunidades Específicas de Negócios) e do CENTIMFE (Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas).

Referiu que a Câmara também deu apoio a diversas entidades e inúmeras iniciativas de natureza cultural, social, desportiva, etc.

Decidiu apoiar o serviço que a colectividade de Casal Galego presta no âmbito do apoio domiciliário com uma verba significativa.

Lançaram o concurso de fotografia no Concelho da Marinha Grande.

Procederam à reabertura da Fonoteca da Vieira, deparando-se com algumas dificuldades que não conseguiram ultrapassar em termos da relação que existia com a entidade responsável por manter a Fonoteca em funcionamento.

Deu conhecimento que a Câmara em colaboração com a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria assinalaram o centenário do naufrágio do Salsinha com grande dignidade e manifesta adesão por parte da população da Praia e da Vieira.

Avançaram com um estudo de mobilidade que depois de concluído poderia ajudar a tomar decisões na área dos transportes urbanos.

Informou que apoiaram com uma verba de 40 mil euros para a animação de Natal.

Decorreu o festival de teatro onde avançaram com todos os procedimentos para a realização de vários espectáculos. Informou que nos próximos dia 15 de Janeiro iram visitar o Tarrafal no âmbito da geminação das duas cidades, que irá culminar com a cerimonia da assinatura desse protocolo a 18 de Janeiro na Marinha Grande no qual estavam a fazer todos os esforços para que fosse decorrer na casa de Casal Galego.

Fez um apelo a quem pudesse ceder algum espólio para esse fim.

Por fim, fez referência às várias exposições temporárias que decorreram no âmbito do Museu do Vidro, uma actividade de grande qualidade e apreciada pelas crianças e professores. Acrescentou que iriam fazer todos os possíveis para comemorarem o 10º aniversário do Museu do Vidro com a sua integração na rede Portuguesa dos Museus. Referiu que finalmente iam concretizar o projecto do Museu da Floresta.

O deputado **Paulo Vicente** sugeriu que a população da Vieira fosse informada sistematicamente da evolução da situação da água, porque com a saúde pública não podia haver desleixo. Salientou que as declarações do Sr. Delegado da Autoridade de Saúde Concelhia deixaram ainda mais preocupada a população. Nesse sentido a Junta de Freguesia da Vieira enviou uma proposta à Câmara para que fosse estudada uma possibilidade de ressarcir a população desses custos acrescidos até que a situação estivesse resolvida.

O deputado **José Rodrigues** questionou a Câmara se o Pavilhão da Vieira já estava em condições de ser utilizado pelos alunos.

Relativamente ao relatório, balanço e contas da TUMG disse que gostaria que o elucidassem em relação a determinados pontos que se encontram nesses documentos.

Referiu o ponto 1.6 do relatório de gestão, era factor preocupante o regime de utilização da frota de viaturas de mercadoria, porque era desejável a regularização urgente desta situação.

Relativamente ao ponto 9.2 existia uma deliberação da Autarquia da Marinha Grande datada de 18-9-07 com uma proposta de extinção da TUMG a submeter à Assembleia Municipal, pelo que estava em causa a continuidade da Empresa.

Questionou quando ia ser discutido este ponto na Assembleia Municipal.

Acrescentou que na página 3 no ponto 1.4 - transporte público de passageiros conforme previsto no plano de actividades para 2007, encontrando-se suspensa pelo município a implementação de transporte urbano na cidade da Marinha Grande, condicionando esta acção à realização prévia de um estudo de mobilidade para o qual já foi apresentado um pedido de financiamento à Direcção Geral de Transportes Terrestres.

Neste sentido, como não se tinha verificado durante o período em análise qualquer acção neste âmbito a Marinha Grande continuava sem transportes públicos.

O deputado **Saul Fragata** disse ao deputado Telmo Ferraz que lhe assistia o direito de ter feito a sua intervenção nesta sessão, mas não no ponto da ordem de trabalhos que estava a ser discutido. Acusou o deputado de ter a pretensão de preencher a agenda da Actividade da Câmara transcrevendo assuntos de interesse geral para o município e não iria permitir-lhe que voltasse a fazê-lo, porque nesse caso se iria retirar da Assembleia Municipal.

Evidenciou que o PS esteve 12 anos no executivo e não fez nada relativamente ao mercado da resinagem, em relação ao mercado da Vieira suspendeu-o durante algum tempo até procurar um financiamento mais favorável, o Teatro Stephens foi deixado ao abandono durante 12 anos e quando perdeu as eleições o que lá tinha era um projecto megalómano que previa a demolição do património.

Relativamente à situação da água em Vieira de Leira, citou a resposta do Sr. Delegado de Saúde da Marinha Grande publicada num artigo de jornal: - “ é sobre esta matéria que a Autoridade de Saúde da Marinha Grande acha que os incumprimentos temporários dos parâmetros estipulados com margens muito seguras e nunca são graves problemas

de saúde pública, pior do que isso eram as consequências dos alarmistas e hipócritas de alguns políticos que usam a saúde pública conforme lhes convém”.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que acabaram de assistir ao incumprimento do Regimento porque o que o deputado Saul Fragata acabou de fazer foi discutir a actividade da Câmara.

Referiu que a intervenção que fez no período antes da ordem do dia foi sobre assuntos de interesse geral porque estava a focar dois anos de actividade da Câmara, assim sendo não admitia que o deputado Saul Fragata o viesse acusar de ter gozado com a Assembleia Municipal.

Relativamente ao inquérito sobre a TUMG, não fazia sentido estarem a perguntar às pessoas se achavam que os transportes públicos eram bons, satisfatórios ou insuficientes quando não existiam transportes públicos.

Colocou algumas questões, solicitando à Câmara que prestasse os devidos esclarecimentos sobre o que pretendia fazer com o mercado novo, em que situação se encontrava o projecto Leclerc, qual a posição da Câmara sobre a eventual deslocalização do aterro intermunicipal da Valorlis, em que situação estava a requalificação do Vale do Ribeiro em São Pedro de Moel e se já foram resolvidos todos os problemas com os terrenos que estavam a ser negociados.

Reiterou que se o Sr. Presidente da Câmara voltasse à Assembleia Municipal com a alteração da carta educativa exactamente nas mesmas condições, evidentemente que a posição do PS seria rigorosamente a mesma. Realçando que eram a favor da revisão da carta educativa mas dentro dos condicionalismos de apoio financeiro à construção de centros educativos.

O deputado da CDU, **José Silva**, apresentou mais uma vez a questão do acesso à Auto-Estrada A8 através da Estrada Nacional 242, mais conhecida pela curva da boneca. Realçou a falta de iluminação e de uma placa de sinalização que indique aproximação de acesso à Auto-Estrada, para além de várias anomalias que têm provocado frequentes acidentes. Recordou que na exposição do Sr. Artur Granja na Assembleia Municipal nada foi dito sobre aquele local. Acrescentou que desde que foi inaugurada a Auto-Estrada a Câmara Municipal nunca lhe deu a devida atenção.

A deputada do PS, **Isabel Ferreira**, questionou a Câmara se o festival de teatro que se realizou no Concelho dia 17 de Novembro era festival e teatro, ou festival de acaso promovido pelo grupo de teatro “o nariz”.

Demonstrou o seu desagrado pelo facto de nenhum grupo da Marinha Grande ter sido convidado para tomar parte desse festival de teatro. Fez um alerta para que no próximo ano fosse retomado este festival, porque é sempre bom haver iniciativas culturais.

Relativamente ao ensino, disse que a carta educativa era algo que os preocupava e que era importante para o Concelho da Marinha Grande. Sugeriu que deveriam estar atentos ao QREN para estabelecerem plataformas de entendimento de forma a ultrapassar as coisas que eram de interesse das crianças, do seu bem-estar e das famílias.

No respeitante ao Teatro Stephens, disse lamentar que se continue sem uma casa de espectáculos aberta na Marinha Grande.

Alertou para a falta de limpeza numa zona do Centro Cívico junto do pingo doce que estava extremamente mal cuidada, cheia de papéis e que era um mau cartão de visita para a cidade da Marinha Grande.

O deputado **João Cruz** fez referência a um requerimento que entregou na última Assembleia a solicitar os gastos realizados para a implantação do mercado provisório. Opinou que a questão da localização tinha a ver com a forma como se perspectivava o desenvolvimento da Marinha Grande.

Referiu que coisa diversa era quando se tenta justificar politicamente decisões com pertences estudos que dizem ou vêm dizer tentando atirar areia para os olhos, que vão gastar mais de 2 milhões de euros para dotar o mercado novo de condições para funcionar quando afinal se verifica que o mercado pode legalmente funcionar em barracas.

Acrescentou que para além de todas as trapalhadas relacionadas com ajustes directos de valores superiores a 150 mil euros, no caso concreto da pavimentação. Disse que o tempo se encarregará de clarificar as responsabilidades legais e financeiras destes procedimentos, além da implantação do mercado numa zona desportiva, com plano de pormenor sobre o qual se aguardavam os pareceres dos serviços jurídicos da Câmara e da CCRDC.

Ressaltou que uma Câmara que se diz com falta de meios financeiros irá gastar cerca de 515 mil euros num mercado provisório e na vigilância 33 mil euros por ano senão for mais.

Solicitou ao Presidente da Câmara que voltasse atrás na sua decisão, utilizando as instalações do novo mercado e ao mesmo tempo impedindo a sua destruição enquanto as obras do mercado da resinagem não estivessem concluídas.

Frisou que esta medida de instalar as tendas era inqualificável no ponto de vista financeiro dado que existiam condições para se instalar o mercado sem qualquer tipo de custo. Finalizou dizendo que após concluídas as obras no mercado velho poder-se-ia voltar para lá caso fosse essa a vontade política da Câmara.

O deputado **Artur Marques** lembrou os deputados que quem mandou encerrar o mercado da resinagem foi o PS como forma de pressionar o executivo a deslocalizar-se para o edifício do Atrium, o qual não tinha condições para funcionar como era do conhecimento de todos.

Alertou que não fazia sentido estar novamente a discutir o assunto do mercado quando a Assembleia Municipal com toda a sua legitimidade já tinha incumbido a Câmara de vender aquele espaço.

Acusou o PS de fazer bloqueio completo à actividade da Câmara Municipal e ao Mercado Municipal.

Recordou que o PS utilizando demagogia reprovou a alteração à carta educativa, única e exclusivamente por interesses partidários que colocou à frente dos interesses do Concelho. Salientando que se não estava de acordo tinha tido a possibilidade de se abster na votação e proferir uma declaração de voto política.

Fez um reparo ao jornal da Marinha Grande pelo facto de ter estado presente na Assembleia Municipal em que foi aprovado o Plano e Orçamento para o ano de 2008 e não ter publicado uma única nota sobre um assunto que era importante para o Concelho. Neste sentido, apelou para que o mesmo jornal denunciasse o PS que por questões partidárias não aprovou a carta educativa.

Solicitou aos deputados do PS que informassem onde se encontrava a piscina Municipal da Marinha Grande, o Pavilhão multiusos, o cinema da Marinha Grande, o saneamento básico, os transportes urbanos e se fizeram ou colocaram algum projecto em marcha sobre os transportes públicos.

Por fim, acusou o PS de ter Governo, Presidente da Republica e deputados nacionais na Assembleia Municipal e nada fez para desenvolver a zona industrial e agora vêm exigir que a CDU coligada com o PSD em menos de 2 anos resolva os problemas.

O deputado **Paulo Vicente** afirmou ser muito grave os políticos imiscuírem-se em assuntos técnicos de saúde quando não estão habilitados para isso, e mais grave ainda os técnicos de saúde usando a sua competência de Autoridade de Saúde imiscuírem-se em assuntos de carácter meramente político. Realçou que compete à Autoridade de Saúde denunciar em tempo útil questões de sua competência. Neste sentido, questionou a Câmara se neste caso a Autoridade Concelhia respondeu em tempo útil quando foi solicitada. Afirmou que fazer alarmismo público desnecessário era tão grave como esconder situações que coloquem em perigo a Saúde Publica, como estava confirmado pelas declarações da Autoridade de Saúde deste Concelho.

O deputado **José Luís** disse que o problema da água em Vieira de Leiria tinha que ser tratado com muita responsabilidade, sem demagogia e hipocrisia. Criticou a forma como questionaram a Câmara se já tinha pensado em formas de ressarcir a população da Vieira, fazendo de facto demagogia, politica baixa e barata. Apelou para que tivessem mais decoro e responsabilidade porque provavelmente nunca mediram os parâmetros e se o fizeram ultrapassava o que a lei na altura permitia, que era 50 miligramas por m3 de água. Chamou a atenção que perante esta situação nunca fizeram alarmismo nem informaram a população enquanto que esta Câmara teve a responsabilidade de alertar a população para os cuidados que devia ter sem fazer alarmismo.

Questionou o PS se a sua pretensão era que a população não tivesse mercado. Esclareceu que o mercado estava instalado provisoriamente na zona desportiva, era uma estrutura amovível que a qualquer momento poderia ser retirada. Quanto ao alcatrão que lá foi colocado servia para o estacionamento permanente melhorando assim a qualidade de vida das populações.

Lembrou que as obras do centro tradicional eram um projecto do PS no qual eliminaram estacionamentos, alteraram sinais de trânsito, dando assim mais uma vez uma machadada no centro tradicional. Questionou a Câmara se apesar dos constrangimentos que existiam pensava fazer algumas alterações nos sentidos de trânsito, se finalmente ia ser feito o ajardinamento nos topos do parque da cerca, se a varredura manual já estava programada e se já foi feita a ligação da Etar do Norte.

Disse que a iluminação do Natal tinha sido muito fraca para o custo que teve, porque noutros Concelhos com pouco mais tiveram uma iluminação digna. Alertou a Câmara para estar atenta e ver com a Associação Industrial e Comercial se era possível alterar esta situação.

Por fim pediu ao PS para se manifestar e dizer de uma vez por todas o que pretende relativamente à carta educativa e se vai novamente colocar os interesses político partidários acima dos interesses do concelho.

O deputado **José Rodrigues** questionou se a Protecção Civil tinha conhecimento da situação calamitosa que estava a acontecer com o avanço do mar na Praia de Vieira de Leiria. Apelou à Protecção Civil a sua presença nas Assembleias Municipais para poder ter conhecimento daquilo que se passa no Concelho. Questionou se iria haver construção de barreiras de protecção.

Questionou se a Câmara não poderia ter aproveitado o protocolo da conversa com o Hotel Cristal sobre a iluminação de Natal tornando tudo mais bonito.

Opinou que a Actividade Camarária e a Informação Financeira deveriam ser apresentadas pelo Presidente da Câmara e não pelo deputado José Luís que já lhe tinha respondido a 50% das questões.

A deputada do PS, **Catarina Castro**, desejou um bom ano de 2008. Seguidamente referiu que já por várias vezes fez referência nas Assembleias Municipais que a rodoviária não servia bem o Município. Tendo já apresentado dois exemplos que continuavam por resolver, a questão dos alunos da escola Calazans Duarte que vêm da Moita e continuam a vir a pé da paragem, quando com um simples desvio podiam ser deixados à porta da escola.

Outra questão era a de São Pedro de Moel em que as pessoas continuavam a ter uma só camioneta às 7.30h e às 19.30h e havia pessoas com filhos sem carta e sem carro. Neste sentido questionou se o estudo da TUMG vai contemplar São Pedro de Moel na questão dos transportes.

Em relação ao período antes da ordem do dia, disse que juridicamente concordava com o deputado Telmo Ferraz, sublinhando que qualquer que fosse o momento, o deputado tinha o direito de fazer a sua intervenção.

Solicitou uma limpeza à pista de ciclismo e que fossem colocados caixotes de lixo ao longo do percurso. Questionou se estavam a ser tomadas algumas providências em relação à protecção das arribas em S. Pedro de Moel.

Sugeri que fossem instalados secadores na piscina Municipal da Marinha Grande, para que fossem utilizados nomeadamente pelas crianças e os idosos que saem da nataçao com o cabelo molhado.

Manifestou preocupação em relação à carta educativa, realçando que a Câmara propõe, estuda e a Assembleia Municipal decide. Realçou que a carta educativa devia conter caracterização sumária da localização, organização espacial dos equipamentos, diagnóstico estratégico, proposta de intervenção que é instruída com relatórios, proposta de execução e plano de financiamentos. Referiu que era do conhecimento de todos que a Assembleia Municipal não tinha meios para fazer esses estudos e apresentar relatórios, teria que ser a Câmara a fazer o trabalho para a Assembleia depois aprovar ou não o que a Câmara propunha.

Finalizou, alertando para este aspecto jurídico da questão.

O deputado do PS, **Rui Rodrigues**, realçou que as intervenções dos deputados Saul Fragata e Artur Marques limitaram-se a apreciar a actividade do PS e o que tinham que apreciar era a gestão da CDU.

Voltou a referir a necessidade que a Câmara tinha de intervir na regulamentação do trânsito no cruzamento da rua Manuel Dinis Parreira com a rua da Industria e a rua Joaquim Tomé Feteira em Vieira de Leiria, porque os acidentes continuavam a suceder-se, devido à sinalização não ser a mais adequada.

Alertou para a necessidade que a rotunda em direcção à rua da Industria tinha de ser sinalizada de outra forma. Sugeri marcações no pavimento dando melhor visibilidade aos condutores para se aperceberem da existência de uma rotunda. Registou também a necessidade da marcação de uma passadeira para peões.

Disse para se ponderar a possibilidade de criar uma pista de ciclismo junto ao campo do Ribeiro de Água em direcção à Vieira para dignificar o passeio de terra batida, porque era uma zona muito utilizada.

O deputado **Saul Fragata** evocou o nº 1 do artigo 17º do regimento dizendo que no período antes da ordem do dia se deveria discutir assuntos de interesse geral para o município porque o particular e o específico estava contido na ordem de trabalho. Acusou o PS de ter resolvido fazer oposição a si próprio, mas com efeitos retroactivos. Reconheceu que a questão colocada pelo deputado Rui Rodrigues era pertinente, não esquecendo que o Sr. Armando da Luz já tem vindo a levantar este problema há 8 anos nas Assembleias Municipais.

O deputado **João Cruz** realçou a importância da existência de propostas construtivas e estratégicas e não estarem em todas as Assembleias a falar em coisas pequeninas ou no passado, deixando para trás as grandes questões que realmente interessam para o desenvolvimento da Marinha Grande. Salientou que para fazer investimentos e planeamentos estratégicos era necessário ideias. Recordando que a Assembleia serve para fiscalizar e até em determinados actos impor a sua vontade à Câmara, se o executivo voltasse a trazer a mesma proposta da carta educativa seria uma falta de respeito para com a Assembleia Municipal.

O deputado da CDU, **Francisco Duarte**, congratulou-se com a actividade da Câmara dado as condições em que o anterior executivo deixou o Concelho. Chamou a atenção para as obras de saneamento que estavam a decorrer nas Figueiras, Garcia, Embra e Ordem e se havia deputados que vinham à Assembleia acusar o executivo de não fazer nada era porque não conheciam o Concelho. Realçou que a carta educativa foi alterada no sentido daquilo que a política do PS sempre apontou, e o PS só não deixou avançar porque a alteração foi ao encontro dos interesses das populações. Sugeriu que as intervenções dos deputados não fossem no ponto de vista técnico.

O deputado do PS, **Frederico Barosa**, questionou a Câmara das suas intenções para que o mercado provisório passasse a definitivo e quando pensava tomar medidas. Alertou para a importância de insistir na revisão do PDM, dado que era uma situação complicadíssima e havia decisões que já podiam ter sido tomadas. Questionou se a revisão ia ser interna ou externa e como ia ser feito o controle. Lembrou a existência de uma Comissão formada há cerca de 2 anos nesta Assembleia e que nunca reuniu. Referiu que era importante tomar medidas relativamente aos passadiços e que a sua manutenção fosse feita antes do Verão. Questionou o Vereador Artur Oliveira para quando a retirada dos contentores em São Pedro de Moel porque era situação não aceitável.

A deputada **Isabel Ferreira** em resposta ao deputado Francisco Duarte disse que não punha em questão que o Sr. deputado conhecesse melhor a Marinha Grande, apenas se referiu aos sítios que conhecia melhor e que frequentava. Colocou a questão, o que era uma carta educativa. Repetiu que o PS estava disposto a uma plataforma de entendimento e que a alteração à carta educativa só foi reprovada em Assembleia por uma questão de mais um espaço polivalente e uma sala. Comentou que dava a sensação que se estava a falar de uma coisa que os divide brutalmente, e não era isso, bastava um pouco de reflexão para conseguirem um entendimento porque ninguém estava a agir de má fé.

O deputado **Artur Marques** informou os deputados do PS que o executivo CDU quando tomou posse não tinha nos seus gabinetes um único documento sobre o futuro da Marinha Grande e isto era grave e desonesto ocultarem informações ao novo executivo. Salientou que o futuro ficou hipotecado porque os Vereadores e o Presidente do PS não fizeram a passagem do testemunho como tinham obrigação moral e democrática de o fazer. Realçou que se na carta educativa não havia assim tantas divergências porque razão o PS a chumbou.

Referiu que o sector de obras no mandato do PS já era mau, tendo agora piorado por medidas que foram tomadas pensando que se ia melhorar o funcionamento das coisas, mas na prática traduziu-se num agravamento. Disse haver situações graves no sector de obras como projectos que passavam à frente de outros entrando por determinadas vias. Apelou para que seja feita uma apreciação séria ao trabalho que se tem feito, havendo municípios com privilégio em relação a outros.

O deputado **Telmo Ferraz** clarificou que a chamada carta educativa não era mais do que as actuais instalações de educação na qual a Câmara se propunha fazer pequenas adendas de construção. Realçou que este seria o princípio da carta educativa que foi aprovada. Opinou que numa carta educativa deveriam ser estudados locais perfeitamente definidos com espaços para centros educativos, onde estivessem contempladas todas as principais valências necessárias para a educação, para que este tipo de construção possa ser apoiado financeiramente.

Salientou que o PS rejeitou a alteração à carta educativa porque o espaço que estava consignado não dava para as valências necessárias para um centro educativo. Informou que se a Câmara Municipal trouxer à Assembleia, mesmo que sejam pequenas adendas àquilo que já foi feito não tinha condições de financiamento, mas se trouxer centros educativos com as valências que se enquadrem naquilo que o PS considerava, com os respectivos espaços, evidentemente que iram aprovar a alteração à carta educativa.

O deputado **Rui Rodrigues** referiu que o deputado Artur Marques, primeiro começou por levantar suspeição sobre a passagem de testemunho onde disse que não havia documentos nos gabinetes e como senão bastasse e ainda mais grave levantou outra suspeição sobre o Sr. Vereador do pelouro das obras, actual Presidente da Câmara, que havia processos que entravam à frente e que eram beneficiados uns em vez de outros. Disse que não acreditava que houvesse intenção de andar a beneficiar o construtor A, o requerente B ou o mediador C, no tratamento destas questões.

O deputado **Artur Marques** em direito de resposta disse que uma coisa que o dignificava era a verticalidade naquilo que fazia e que dizia e o Sr. deputado Rui Rodrigues andava pouco atento porque nem tudo era o que parecia.

Realçou não ser sua pretensão pôr em causa os anteriores ou actuais Vereadores e Presidente de Câmara, apenas estava a levantar uma questão recorrente na Marinha Grande, dado haver muitas pessoas que se queixavam dessas situações, e como foi eleito pela Marinha Grande independentemente de estar ou não na CDU, naturalmente que tinha responsabilidades com o partido.

A deputada **Catarina Castro** referiu que com toda a certeza não foi isso que o deputado Artur Marques quis dizer mas seria bom que futuramente todos tivessem cuidado com aquilo que se dizia, porque os técnicos dependem hierarquicamente e são subordinados do poder político do executivo.

Sugeri que futuramente todos possam estar a falar do mesmo.

Em resposta às intervenções dos deputados o **Presidente da Câmara** começou por dizer que a função da Câmara era responder por aquilo que fazia perante a Assembleia Municipal e iria procurar fazê-lo da melhor forma.

Agradeceu todas as críticas desde que fossem justas e não pura demagogia, porque sendo a Câmara um órgão executivo só tinha a ganhar com essas críticas.

Recordou que mais uma vez o deputado João Cruz fez alusão a questões que se prendiam com a intervenção do deputado Artur Marques extremamente polémica mas com razão.

Garantiu que os dados do relatório não foram manipulados traduziam a realidade que se passava nos diferentes sectores da actividade da Câmara.

No respeitante ao sector das obras disse que na realidade havia alguns processos que continuavam por resolver. Disse reconhecer a existência de problemas de funcionamento complicados que poderão vir a agravar-se, dado que o actual chefe de divisão pediu um ano de licença sem vencimento. Neste sentido apesar de ainda não estarem num ritmo satisfatório, têm procurado resolver os problemas com o apoio dos técnicos e de algumas pessoas com experiência nesta área, de forma a encontrar novas soluções que possam definir um conjunto de procedimentos sem pôr em causa o rigor das decisões tomadas.

Esclareceu o deputado Paulo Vicente que foram fornecidos à Comunicação Social todos os dados disponíveis sobre a situação da água. Neste sentido garantiu que o problema terá surgido com a análise feita sobre uma colheita de água em Agosto, cujo os resultados chegaram à Câmara no dia 25 de Setembro e no dia seguinte os serviços desencadearam todos os mecanismos possíveis, seguindo as instruções que as entidades competentes lhes deram, sem desencadear uma campanha de alarme perante a população. Informou que o consumo continuado de água com teores elevados de arsénio, ferro ou outros componentes que segundo o Delegado de Saúde poderia envolver alguns riscos para a saúde nomeadamente das grávidas.

Deu conhecimento que perante os dados técnicos da colheita feita à água em duas pastelarias em Vieira de Leiria, a Câmara já estava a proceder a novas afinações em termos de mistura de água relativamente aos dois furos, de forma a fazer baixar os valores, dado as captações de água na freguesia de Vieira terem oscilações muitíssimo significativas ao longo do tempo. Neste sentido, estavam atentos e caso houvesse a mínima suspeita de risco, outras medidas iram ser tomadas. Relativamente à proposta do deputado Paulo Vicente para indemnizar os municípios não lhe parecia ser uma proposta aceitável pois carecia de algum estudo prévio para o qual iria consultar o Gabinete Jurídico.

No respeitante ao Pavilhão de Vieira de Leira informou que a intervenção estava concluída, e os agrupamentos de escolas já estavam devidamente informados para o utilizarem quando necessitassem.

Informou que dado o dossier da TUMG ser difícil de gerir ainda não foi possível implementar os transportes urbanos. Propôs que aguardassem pelo estudo da mobilidade antes de tomarem uma decisão definitiva. Prometeu que a Câmara iria estudar com o máximo de objectividade esta matéria dos transportes urbanos, e caso fosse para manter a TUMG iria mantê-la, melhorando-a de forma a cumprir com o objectivo para que foi criada ou vice-versa se chegasse à conclusão que não tinha viabilidade.

Em suma, a questão fundamental era os transportes urbanos na Marinha Grande e teria que ter uma solução com ou sem TUMG.

Relativamente ao mercado novo, disse que estavam a prever alienar aquele edifício e com razões suficientemente sólidas para o fazer apesar dos deputados do PS terem opinião contrária.

Em relação ao processo Leclerc iria brevemente a reunião de Câmara para ser discutido. Quanto ao aterro sanitário da Valorlis, informou que era um dossier difícil de gerir mesmo em termos de Associação de Municípios, estava neste momento em sede de contencioso jurídico entre a Câmara de Leiria e a AMLEI. Disse que esperava que as decisões pudessem acolher o apoio supra municipal, e não fossem fonte de conflito entre os vários municípios, que no seu ponto de vista iria pôr em causa a própria natureza e a razão de ser da existência desse tipo de Associações de Municípios.

Relativamente à requalificação do Vale do Ribeiro em S. Pedro de Moel informou que estavam a avançar com alguns processos de expropriações, e que posteriormente iria realizar-se uma reunião em São Pedro de Moel com todos os interessados no projecto, do qual esperava que conseguissem chegar a um consenso.

Solicitou que lhe dispensassem de emitir a sua interpretação sobre o porquê do chumbo à alteração da carta educativa e disse que estava absolutamente convicto da interpretação que tinha e não era muito compaginado com a forma como foi abordada a questão. No entanto reconhece que a argumentação que foi colocada de forma estritamente legal e institucional tinha bastante peso, mas se de facto a Câmara entendesse trazer novamente a mesma proposta que foi chumbada não seria como forma de desrespeito pela Assembleia Municipal. Informou que neste momento, o período de candidatura estava fora de questão e a Marinha Grande não ia poder apresentar candidaturas. Lembrou que no concelho existiam vários centros educativos e as ditas adendas permitiam dotar de facto das valências hoje necessárias. Recordou que foi a carta educativa que a Assembleia Municipal aprovou e que o Ministério da Educação recusou dizendo que a proposta para a Pedrolheira não respeitava a proporção que entendem em número de salas de jardim e número de salas de primeiro ciclo, e foi nesse sentido que se fez a alteração que correspondia àquilo que o Ministério Educação e o próprio PS queriam.

Agradeceu as questões sobre a Auto-Estrada, das quais iam tentar junto das Estradas de Portugal e da entidade que administrava a A8, dado que a Câmara não podia intervir directamente, mas tinha o dever de pressionar e exigir uma solução.

Concordou com a deputada Isabel Ferreira relativamente ao festival de teatro que deveria ter tido uma componente dos grupos locais, mas o facto é que foi formatado no âmbito de parcerias com outras entidades. Disse que ia recomendar ao Vereador da Cultura e dar instruções aos técnicos para que futuras edições decorram noutra formato. Agradeceu a crítica que iria ajudar a melhorar e a evitar cometer alguns erros apesar de haver muita coisa excelente que o executivo tem vindo a fazer pela Marinha Grande.

Informou que a limpeza do centro cívico estava adjudicada a uma empresa que dado não ter vindo a cumprir minimamente iriam rescindir dos seus serviços.

Esclareceu o deputado João Cruz que a verba que foi necessária gastar para pôr o mercado provisório a funcionar foi pelo facto de num mês não se conseguir resolver o problema em definitivo, de qualquer forma foi um sucesso extraordinário.

Disse ao deputado Paulo Vicente que era grave acusar a Câmara de esconder situações relativamente à água da Vieira, porque tem cumprido escrupulosamente o programa de controlo de água divulgando todos os resultados.

Informou que quando deu conta que no projecto das obras do Urbcom, os estacionamento eram eliminados na praça Stephens, questionou de imediato o técnico responsável que lhe respondeu que já não podia ser alterado e teria que avançar como

estava, mas dado os comerciantes estarem a exigir, a questão do estacionamento pago iriam avançar no sentido de fazer correcções.

Opinou que o ajardinamento dos cantos no Parque da Cerca já deveria ter sido feito à bastante tempo, bastaria lá semear relva e dava logo outro aspecto.

Concordou que a iluminação de Natal foi pouca, mas qualitativamente melhor do que a dos anos anteriores.

Informou que a Etar do Norte já estava em funcionamento, no entanto a ligação da rede em baixa à rede em alta da Simlis ainda não estava executada.

Esclareceu que o Sr. Artur Granja do Gabinete de Segurança e Protecção Civil tem estado a acompanhar e a ver que medidas de emergência devem ser tomadas relativamente às arribas em São Pedro de Moel, não esquecendo que estas intervenções eram do âmbito do Ministério do Ambiente. Deu conhecimento que a intervenção em termos técnicos e financeiros era bastante pesada, a Câmara não tinha poderes nem competência para a fazer, a única responsabilidade era pressionar e exigir às entidades competentes que sejam tomadas as medidas. Claramente esta era uma questão em que o Poder Central tinha que intervir e resolver os problemas.

A questão dos passadiços também era da responsabilidade do Ministério do Ambiente que pelo facto de haver falta de meios iria fornecer a madeira e a Câmara a mão-de-obra.

Informou que era proibida a instalação de secadores na piscina porque envolvia risco de segurança dado que eram zonas húmidas.

Referiu que com o projecto da Rua da Industria e da rua Fonte Santa iriam tentar resolver também o problema do cruzamento. No entanto o deputado Rui Rodrigues apresentou um conjunto de sugestões que iram ter em conta.

A questão do passeio da Vieira até à praia era uma questão já discutida mas dado as necessidades serem imensas, não puderam estabelecer como prioridade no imediato.

Disse estar inteiramente de acordo com o deputado Frederico Barosa relativamente à questão da revisão do PDM. Garantiu que a informação que tinha dado era absolutamente rigorosa e neste momento a cartografia à escala de 1/10000 era imprescindível para se fazer a revisão cujo o processo de aquisição era no âmbito da AMLEI.

Esclareceu os deputados do PS que era rigorosamente verdade que quando o actual executivo chegou à Câmara não havia um único documento, dossier, legislação em nenhum gabinete dos Vereadores ou do Presidente, com excepção de um assunto que foi tratado directamente entre os dois Presidentes Sr. Álvaro Órfão e o Sr. João Barros Duarte. Neste sentido, cada um poderia fazer a leitura que entendesse porque da sua parte dava por terminado o assunto.

Findos os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao público presente.

Da parte do público interveio o Sr. **Armando da Luz Ferreira** que começou por agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande pelo apoio relativamente ao abaixo-assinado. Recordou que o PS na sua campanha eleitoral em 1993 fez várias promessas como a construção do passeio ao longo da Vieira à praia, criação de uma pista para ciclistas, criação de uma variante da praia da Vieira a São Pedro de Moel, reforço na sinalização do trânsito, etc.

Fez referência aos acidentes que têm ocorrido no cruzamento da Rua Pires de Campos com a Rua Joaquim Tomé Feteira e a Rua da Industria. Voltou a frisar a falta de

semáforos que já tinha solicitado através de um abaixo-assinado e que até hoje ainda não foram lá colocados, apenas existia lá um espelho e um stop colocado atrás de uma parede, quando deveria estar colocado onde estava o sinal para peões.

Questionou se já foi chamada a atenção ao empreiteiro que construiu a lota da praia da Vieira, pelo facto de ter colocado estribos em ferro quando deveriam ser em plástico porque com a maresia iriam acabar por apodrecer.

O Sr. **António Reis Paulo** questionou o Presidente da Câmara sobre a situação em que se encontrava o PDM em Vieira de Leiria, dado que antes das eleições o PS fez várias reuniões na freguesia solicitando às pessoas para se pronunciarem com requerimentos e plantas de situação para localizar os terrenos fora do PDM porque quanto mais se pronunciassem melhor eram avaliados, na altura a CDU disse que essas reuniões eram mera propaganda política. Neste sentido, disse que estava como representante de várias famílias que têm filhos em anexos e casas alugadas, à espera que os seus terrenos fora do PDM e com o novo alargamento sejam contemplados para que aí possam construir as suas casas.

Lembrou que havia um projecto elaborado pela CDU há 14 anos sobre os talhões da Vieira e quando a Câmara PS ganhou as eleições esse projecto foi metido na gaveta. Solicitou à Câmara para rever, analisar e alterar esse projecto do plano de pormenor dos talhões da Vieira, assim como a alteração do PDM para o Casal das Raposas, Casal da Anja, Passagem e praia da Vieira.

Salientou que a oposição deve ser construtiva, com diálogo e sem arrogância para interesse de todos os munícipes, porque a Marinha Grande merece.

O Sr. **Ernesto Silva** evocou o artigo 2º numero 2 alínea o) dizendo que compete à Assembleia Municipal tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a Autarquia.

Em sequência da intervenção do deputado Paulo Vicente disse concordar que não podia haver desleixo com a Saúde Pública. Propôs ao Sr. Presidente da Câmara que através de um ofício solicitasse ao Sr. Director do Centro de Saúde para arranjar no período de Outono e Inverno uma sala em que as pessoas pudessem ser atendidas. Realçou que tinham que humanizar os desumanos que estavam na área da Saúde. Questionou se o Centro de Saúde tinha licença de utilização, dado que o Ministério da Saúde estava a cortar nas despesas brutalmente, desumanamente dizendo que era uma questão de poupança para combater o despesismo e o desnecessário. Salientou que só estava a alertar esta questão à Autarquia em referência do artigo 2º numero 2 alínea o).

Chamou a atenção que o Centro de Saúde tinha muitas salas vazias e porque razão o Centro de Emprego estava a pagar um valor de renda brutal, quando podia estar integrado junto do serviço de saúde, assim como os serviços Administrativos da Segurança Social.

Em sequência da intervenção do deputado Artur Marques sugeriu que houvesse certificação de qualidade dos serviços para que não andassem enganados.

O Sr. **Carlos Manuel Antunes Rosa** referiu o problema dos acessos e das saídas na lugar da Ordem, porque quando o Instituto das Estradas fez essa modificação deveria ter havido pressão por parte da Câmara para que isso não tivesse acontecido, era inadmissível que para entrar num local tão populoso e frequentado se tivesse que passar por uma escola. Questionou a Câmara se haveria alguma possibilidade dos moradores

fazerem pressão através de um abaixo-assinado. Disse que gostaria de saber como é que o trânsito vai circular quando começarem as obras na escola Nery Capucho.

Relativamente à entrada para a Ordem pelo lado de São Pedro de Moel, sugeriu que retirassem os dois sinais que lá foram colocados.

Em relação ao cemitério disse que existia lá um grande estacionamento que não estava a ser aproveitado, e já tinha solicitado na Assembleia Municipal que fosse aberto um portão do lado de cima. Acrescentou que também solicitou torneiras e que isso não era assim tão dispendioso. Solicitou a resolução destas questões o mais rapidamente possível.

O **Presidente da Câmara** começou por agradecer ao público presente a sua paciência por aguardar até ao final da sessão para intervir.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Armando Ferreira, informou que a Rua da Industria era uma das prioridades, mas não podia ser executada em simultâneo com a Rua da Fonte Santa, porque em caso de obras teria que servir de alternativa. Ainda algumas das questões apresentadas exigiam da parte do executivo um estudo mais aprofundado, como estacionamento do Largo da Republica, os problemas da lota, cuja responsabilidade já foi imputada ao empreiteiro para concluir as obras nas devidas condições.

No respeitante às questões colocadas pelo Sr. António Reis Paulo, informou que a revisão do PDM estava a avançar, sabendo que muitos munícipes aguardavam ansiosamente para poderem desenvolver os seus projectos. Disse que não queria criar falsas expectativas porque as orientações que reinavam presentemente não eram no sentido de alargar, e existiam situações que teriam que ser corrigidas.

Quanto às preocupações do Sr. Ernesto Silva eram praticamente as mesmas que as da população marinhense.

Em resposta ao Sr. Carlos Rosa, relativamente ao cemitério já havia programas de intervenção que iam no sentido de colocar torneiras e baldes. Quanto às entradas e saídas no lugar da Ordem que era extremamente populoso, iam-se empenhar em procurar soluções para minorar esses problemas.

Finalizou agradecendo aos munícipes pelo facto de chamarem a atenção para todas estas questões.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada, pelas uma hora e dez minutos, a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal

A 1ª Secretária

O 2º Secretário

